

OBJETIVIDADE CIENTÍFICA: NOÇÃO E QUESTIONAMENTOS*

ALBERTO CUPANI

*Departamento de Filosofia
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

A discussão da objetividade científica é um dos assuntos mais frequentes na Epistemologia e na Filosofia da Ciência contemporâneas. Este artigo apresenta a visão tradicional da objetividade, analisa seus diferentes aspectos e pressuposições, identifica algumas objeções a essa visão e comenta o valor das mesmas.

Discussion of scientific objectivity is one of the most frequent subjects in contemporary Epistemology and Philosophy of Science. This paper presents the traditional view on objectivity, analyzes its different aspects and presuppositions, identifies some objections to that view and comments on their value.

Na crescente polêmica epistemológica contemporânea sobre o alcance e o valor da Ciência, é natural que as discussões se refiram, de uma forma ou de outra, à questão da objetividade, porque esta característica foi, em épocas mais confiantes no saber científico, louvada como sua principal virtude. Entendida como conquista teórica da realidade em si mesma e correspondente superação das limitações subjetivas, a objetividade foi vista tradicionalmente como a essência da Ciência, razão de sua potência cognitiva e resultado de sua desvinculação de interesses e compromissos outros que a busca da verdade.

Hoje em dia, a palavra "objetividade" é utilizada nas críticas à Ciência tão freqüentemente quanto outrora era usada na sua apologia. Não obstante, como as dúvidas e temores que desperta a Ciência são variados (indo desde as reflexões sobre o valor ontológico das teorias até as denúncias da falsa neutralidade política das pesquisas), o resultado é que a "objetividade" criticada não tem definição certa. Reciprocamente, parecem empregar-se como sinônimos da mesma termos como "neutralidade", "desinteresse", "impessoalidade" e "imparcialidade", o que não é, creio, de todo justificável.

Se os ataques à objetividade científica são diversos e expressos ambientalmente, é porque a própria concepção tradicional dessa objetividade era

* Quereria agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à minha pesquisa.

complexa (tanto pela inclusão de vários elementos quanto por abranger dois níveis — o real e o ideal — da prática científica), e essa complexidade se dissimula não apenas nas críticas, geralmente parciais, senão também nas ocasionais defesas, que costumam limitar-se ao aspecto da objetividade atingido por uma determinada crítica, sem apresentar uma visão global da questão.

Precisamos, pois, de uma revisão sistemática, tanto da noção tradicional da objetividade científica como das diferentes críticas a ela endereçadas, que nos permita apreciar até que ponto pode afirmar-se atualmente que a Ciência é objetiva, particularmente no que diz respeito às Ciências Humanas, com relação às quais, como é sabido, a polêmica tornou-se maior. Ora, uma revisão das críticas é tarefa mais difícil do que se pode imaginar porque elas são inúmeras e se encontram dispersas em textos de mui diversa índole; são críticas referidas às vezes a problemas muito específicos e trabalhadas outras vezes ao longo de obras volumosas¹.

O livro de Frank Cunningham *Objectivity in social science* (1973) constitui sem dúvida uma importante contribuição para aquela árdua tarefa de revisão. Definindo a objetividade de uma pesquisa pela sua capacidade de revelar a "real natureza" ('actual nature') do assunto pesquisado, "independentemente dos pensamentos e dos desejos do pesquisador"², Cunningham passa em revista uma série de argumentos anti-objetivistas demonstrando convincentemente que não são conclusivos (e que, se extremados, conduzem ao ceticismo total). Refere-se a objeções tão diversas como as suscitadas pela gravitação das valorações, a influência dos fatores histórico-sociais, a intervenção de critérios de seleção, a impregnação teórica dos dados, o condicionamento da percepção, o relativismo lingüístico e a peculiaridade dos assuntos humanos, mostrando em cada caso que a *possibilidade* de um saber objetivo não é nunca eliminada pela correspondente objeção. O livro é importante também por desfazer alguns equívocos: confiar na objetividade não equivale, necessariamente, a ser positivista, behaviorista, indutivista ou determinista, assim como tampouco é sinônimo de desinteresse ou falta de compromisso socio-político.

¹ Podem valer como exemplos respectivos, os trabalhos de Freeman (1973) e de Martin (1973), por uma parte, e os de Gadamer (1960) e de Polanyi (1958), por outra.

² Em rigor, a definição de Cunningham é formulada da seguinte maneira: "(...) it is possible for an inquiry to be objective if, a) it is possible for its descriptions and explanations of a subject-matter to reveal the actual nature of that subject-matter, where 'actual nature' means 'the qualities and relations of a subject-matter as they exist independently of an inquirer's thoughts and desires regarding them and b) it is not possible for two inquirers holding rival theories about some subject-matter and having complete knowledge of each other's theories (including the grounds for holding them) both to be justified in adhering to their theories. The second condition is necessary to exclude from being considered as objectivists those relativists who deny that it can be justified to adopt and sustain beliefs in one theory to the exclusion of others on non-pragmatic grounds" (1973, p. 4).

Proponho-me continuar o esforço de Cunningham oferecendo neste estudo uma visão unitária dos diversos elementos integrantes da concepção tradicional da objetividade (visão faltante no seu livro, por mais que esses elementos possam ser detectados, esparsos, ao longo do texto). Ademais, irei me referir a críticas ou limitações da concepção tradicional não abordadas ou não desenvolvidas por aquele autor, sem pretender avaliá-las sempre (um propósito que excederia em muito as possibilidades deste trabalho), porém arriscando algumas vezes uma opinião sobre o seu alcance.

A minha intenção é abrir caminhos para estudos mais ambiciosos que permitam aquela necessária tomada de posição global sobre a vigência atual da noção de "objetividade científica", na esperança de que o passo nessa direção que estas páginas possam representar seja, embora pequeno, efetivo.

I. A noção tradicional de objetividade científica

Em seu conhecido *Vocabulário* filosófico, André Lalande (1932) dava como um dos significados básicos do termo "Ciência" o seguinte:

Conjunto de conhecimentos e investigações que têm um grau suficiente de unidade, de generalidade, e suscetíveis de conduzir os homens que a eles se consagram, a conclusões concordantes que não resultam nem de convenções arbitrárias, nem de gostos ou interesses individuais que lhes são comuns, senão de relações objetivas que se descobrem gradualmente, e que se confirmam por métodos de verificação definidos" (vol. I, p. 83).

A definição de Lalande, tão do gosto acadêmico da época em que foi redigido o *Vocabulário*, exprime claramente o que podemos denominar concepção tradicional da Ciência como saber objetivo, uma concepção sedimentada até hoje nos manuais de Metodologia Científica e assumida irrefletidamente, creio, pela maioria dos cientistas, particularmente os naturais.

Repare-se que o centro de gravidade da definição se encontra na afirmação de que a Ciência conduz a conclusões que resultam "de relações objetivas". "Objetividade" quer dizer, em primeiro lugar, para a concepção tradicional, *adequação ao objeto pesquisado*. Nesse sentido, a Ciência é saber verdadeiro (conforme, evidentemente, à noção clássica de verdade como correspondência). Pressuposta — é claro — a competência profissional específica, aquela adequação ao objeto seria assegurada pelo *controle intersubjetivo*, vale dizer, pela possibilidade da crítica recíproca dos cientistas, o que por sua vez nos conduz à justificação do *método* na pesquisa: um caminho que possa ser re-feito por outros. As "conclusões concordantes" da definição de Lalande "se confirmam por métodos de verificação definidos". A objetividade, ademais, estaria condicionada pela ausência de fatores pessoais e caprichosos: nada de "convenções arbitrárias" nem de "gostos ou interesses individuais" dos investigadores, por mais que lhes possam ser eventualmente "comuns". Trata-se da *isenção* do pesquisador

(aludida às vezes como “imparcialidade”, outras como “neutralidade” ou “desinteresse”, quando não incluída na “honestidade” do cientista), que não deve permitir que emoções, preferências, interesses, propósitos (não teóricos) ou preconceitos intervenham na obtenção do conhecimento.

Na concepção tradicional, por conseguinte, “objetividade” designa a *pretensão* que define a Ciência como conhecimento (a tentativa de adequar-se ao objeto), o *modo* de garantir essa pretensão (o controle intersubjetivo) e a *condição* para exercitá-la (a superação dos elementos de valor puramente pessoal), três aspectos estreitamente vinculados. Note-se que o segundo tem como reverso a “validade universal” das afirmações que se pretendem objetivas, uma validade que é, ao mesmo tempo, sinal de haver-se atingido a adequação ao objeto e de haver-se superado as limitações subjetivas dos cientistas. É por isso que na concepção tradicional essa segunda dimensão da objetividade (a validade universal graças ao controle intersubjetivo) é, sem dúvida, a mais importante³.

Em resumo, uma afirmação é “objetiva” se — e à medida que — atinge seu objeto, vale para todos e não se prende a peculiaridades pessoais. Convém frisar que nesta concepção será tanto maior a objetividade, quanto menor a subjetividade envolvida no processo de conhecimento, ou seja, quanto mais reduza o pesquisador a uma entidade *impessoal*: qualquer indivíduo com a devida formação profissional.

Apesar da sua utilidade, a definição de Lalande não se refere a outros dois aspectos importantes da noção tradicional. Um deles é o que podemos denominar a dimensão *ética* da objetividade: espera-se que o pesquisador seja sempre honesto, sincero consigo mesmo e com os demais, humilde para reconhecer suas limitações e erros, corajoso para defender suas idéias; espera-se também que considere sua contribuição ao saber como patrimônio de todos, ao mesmo tempo que se mantenha independente de autoridades (ver, por exemplo, um manual como Cervo & Bervian (1983, pp. 17-22)). Tais virtudes têm um papel *técnico*, porque se supõe que a falta de sua observância prejudica e até impossibilita a objetividade científica, tarefa eminentemente *coletiva*. O outro aspecto não mencionado por Lalande é a circunstância de que as previsões e aplicações bem sucedidas constituem uma confirmação da objetividade: a realidade foi atingida pela tentativa de conhecimento. As confirmações pela eficácia merecem todavia certa reserva dentro da visão tradicional, geralmente contrária ao pragmatismo⁴. Acrescentemos, por isso, que esta concepção defende como finalidade própria da Ciência a busca da verdade, finalidade prévia e em certo modo independente da aplicação do conhecimento (Bunge 1969, pp. 43

³ Assim o entende também um autor como Popper, ao definir a objetividade pela intersubjetividade. Ver Popper (1959, § 8).

⁴ Mario Bunge faz por isso questão de marcar a diferença entre *verificar* uma teoria e *aplicá-la*. Ver, por exemplo, Bunge (1969, §11.1).

ss.). Alguns autores (como Agazzi 1977) tendem a denominar "neutralidade" essa independência.

Por último, a objetividade assim concebida tem caráter *normativo*: refere-se a como a Ciência *deve ser cultivada para ser eficaz* (como modo de conhecimento). Esboça um ideal, ao qual acredita-se todavia que a Ciência real sempre corresponde em alguma medida. Ou melhor: seus partidários parecem considerar esse ideal como a lição que a Ciência fecunda nos legou ao longo dos tempos.

Os comentários anteriores podem ser complementados pelas seguintes observações:

1.1 *Objetividade e Positivismo*

A concepção tradicional é hoje em dia geralmente associada (em forma crítica) ao Positivismo, o que não carece de sentido porque ela deriva, de modo imediato, do espírito positivista empenhado em retratar intelectualmente a conduta bem sucedida dos cientistas naturais. Contudo, a confiança na objetividade é mais antiga que o Positivismo, remontando às origens da filosofia grega. Encontramo-la presente nas tentativas de justificar um saber firme ('episteme') que revelasse a "verdadeira natureza" das coisas, além da mera opinião ('doxa'). Essa preocupação renova-se na Idade Moderna, e a ela contribuíram, por diferentes vias, tanto a crítica dos ídolos mentais como a dúvida sistemática, e tanto as reflexões sobre o método como a descoberta da ideologia. Lembre-se, por outra parte, que a concepção tradicional, em suas grandes linhas, foi compartilhada por pensadores não positivistas: basta citar Max Weber. De todos modos, a concepção tradicional é defendida hoje principalmente pelos epistemólogos denominados "positivistas" pelos seus adversários. Ou mais exatamente: tende-se a denominar "positivistas" os autores que defendem a objetividade científica nos moldes antes apresentados. O caráter ideológico dessa denominação (à medida que tais autores não correspondem ao Positivismo histórico)⁵ torna preferível não identificar automaticamente confiança na objetividade e Positivismo se se deseja estimar a vigência atual da noção tradicional⁶.

⁵ Dentre os autores alcançados ocasionalmente por essa denominação (Nagel, Hempel, Bunge, Popper, . . .), alguns — tal o caso de Hempel — têm certa vinculação com o Neo-positivismo; outros, porém — tal o caso de Popper — têm rejeitado sistematicamente ser assim considerados. Ver meu livro *A Crítica do Positivismo e o Futuro da Filosofia* (1985).

⁶ Uma razão adicional é que conhecidos teóricos marxistas (como Schaff 1971), ou autores que declaram aderir ao Marxismo (como Cunningham 1973), acreditam na objetividade (certamente que com limitações que decorrem de sua posição).

1.2 *Objetividade: ideal e realidade*

Embora correndo o risco de parecer repetitivo, gostaria de insistir em que os diferentes elementos que integram a concepção tradicional desenham um ideal paulatina ou aproximadamente realizável, não uma conduta ou resultados sempre e totalmente atingidos na prática científica. Isso vale tanto para a adequação ao objeto (na definição de Lalande, as “relações objetivas” descobrem-se “gradualmente”) quanto para o desinteresse, a crítica, a imparcialidade, a validade dita universal, etc. Com outras palavras, a concepção tradicional não pretende que mediante a atitude por ela delineada o conhecimento da realidade seja perfeito, ou que o cientista adquira instantaneamente a capacidade de ser plenamente imparcial; ou ainda, que os resultados assim obtidos sejam mecanicamente aceitos por todos os cientistas. A concepção tradicional estabelece antes uma relação de proporcionalidade: tanto maior adequação ao objeto quanto maior isenção, crítica, eficiência metódica etc.

1.3 *Objetividade e “neutralidade”*

Como foi observado, “Neutralidade” é uma palavra que pode designar, ora a imparcialidade como atitude do cientista, ora uma propriedade do conhecimento científico: sua independência com relação às suas aplicações. Surgem aqui alguns equívocos. Neutralidade entendida como imparcialidade não significa que o pesquisador não tenha motivos ou interesses (teóricos e extra-teóricos) que o conduziram à sua pesquisa e que nela o mantêm, senão que ele não deve permitir-se ser tendencioso, deixar que motivos ou interesses pré-determinem os resultados da pesquisa. “Libertar-se de tendenciosidade significa possuir espírito aberto e não espírito vazio” (Kaplan). Por sua vez, a “neutralidade” do conhecimento científico não significa que na Ciência, como *atividade*, não intervenham propósitos e valorações dos indivíduos que a cultivam ou finalidades das instituições que a possibilitam ou influenciam. A palavra designa uma característica do *resultado*: o conhecimento alcançado não tem, em si mesmo, conotação valorativa (especialmente, moral). Uma lei física, biológica ou social não é “boa” nem “má”. Tanto é assim que o mesmo conhecimento pode ser aplicado em formas consideradas benéficas e em outras julgadas prejudiciais (Bunge, 1972a).

As considerações anteriores valem também para as críticas ao “desinteresse” científico: se aplicado à conduta do cientista, a concepção tradicional usa o termo para assinalar que o único interesse legítimo e fecundo na pesquisa é o de encontrar a verdade. Todo outro interesse que o pesquisador, como pessoa, normalmente tem, deve ser metodicamente afastado, *no ato de conhecer*, como risco de tendenciosidade. Já com relação à Ciência entendida como atividade humana, ela é “desinteressada” porque — como já foi mencionado — considera-se tradicionalmente que seu objetivo próprio é a busca da verdade, o que não implica negar que essa atividade se-

ja exercida por pessoas e instituições que são movidas, *ademais*, por outros interesses (sociais, tecnológicos, econômicos, políticos, etc.).

Em síntese: na concepção tradicional, o investigador não apenas *pode* ter motivos, interesses, propósitos, etc.: ele naturalmente *os tem*, e apesar disso lhe é possível ser (em certa medida) *objetivo* ao conhecer. A Ciência, como atividade humana complexa, sempre inclui diferentes estímulos propulsores; não obstante, ela é capaz de produzir conhecimento (aproximadamente) *objetivo*.

II. Sobre a objetividade como adequação

A concepção tradicional é plenamente realista: supõe haver uma realidade independente dos nossos esforços para conhecê-la e imagina o conhecimento (usando uma metáfora espacial talvez não de todo inofensiva) como "aproximação" paulatina àquela realidade. Prescindindo das seculares observações dos filósofos céticos e idealistas (geralmente rejeitadas pela concepção tradicional como fantasias que teriam sido afugentadas pela simples existência do saber científico), aquele realismo tem sido inquietado de diversas maneiras pela Epistemologia do nosso século, especialmente por aquela que se pretende mais próxima da prática científica real que a concepção tradicional.

Assim, desde as considerações de Gaston Bachelard segundo as quais na Ciência "a realização prima sobre a realidade" (Bachelard 1949, p. 36), está se tornando um lugar comum afirmar que a Ciência, "constrói" o seu objeto⁷. Esta tendência foi muito incentivada pela célebre tese de Thomas Kuhn (1962) sobre os "paradigmas" científicos, uma de cujas funções seria a de definir o que deve ser considerado como "real" pelos cientistas de uma dada disciplina. Kuhn reforçou ainda sua tese ao sustentar, coerentemente, que o progresso científico não deve ser entendido em termos de maior "verdade" das teorias, de maior "proximidade" com uma realidade impossível de definir fora de quadros paradigmáticos, senão apenas em função de critérios intra-científicos (maior articulação e especialização do saber, aumento do número de problemas resolvidos, predições mais precisas, etc.) (Kuhn 1962, pp. 171 ss. e p. 206).

A tese de Kuhn é, de modo significativo, tipicamente polêmica: não parece completamente aceita nem de todo refutada. Cunningham demonstra (1973, pp. 30 ss.) que ela não consegue suprimir a possibilidade da objetividade (etimológica) da Ciência. Eu mesmo tenho-me ocupado alhures (Cupani 1985, cap. IV) das dificuldades que implica a doutrina dos para-

⁷Bunge faz remontar esta abordagem à obra de Ludwig Freck *Genesis and Development of a Scientific Fact* (1935) que inspirou as idéias de Thomas S. Kuhn conforme explícita declaração deste último. Ver Bunge 1985b, pp. 100 ss.

dígnas e as suas conseqüências, entre as quais a negação da objetividade em sentido tradicional. A fertilidade das idéias de Kuhn para suscitar reflexões nos mais diferentes campos de pesquisa apesar de críticas por demais autorizadas⁸, sugere todavia a conveniência de continuar a repensar a objetividade em termos de "adequação", por mais que esta imagem pareça impor-se espontaneamente (e precisamente por isso). Entretanto, cabe ressaltar que os que detectam mais "construção" do que "adequação" na objetividade científica, geralmente não pretendem ser idealistas, nem subjetivistas ou relativistas (o próprio Kuhn defendeu-se desta possibilidade de interpretá-lo; ver *op. cit.*, p. 205); creio por isso prejudicial o emprego da fórmula "construção do objeto" (mesmo que na forma "construção do objeto de conhecimento") se o que se busca é entender melhor a relação entre um mundo cuja existência não se nega (nem se pretende atribuir por inteiro à atividade do sujeito), e a maneira como a Ciência o "aborda" e o "entrega" a nós (*sit venia verbis*)⁹. Gostaria de acrescentar que a persistência no uso dessa fórmula sugere, ou inconsciência das suas implicações ontológicas, ou uma intenção não puramente intelectual com relação à questão proposta. Quero dizer que se insinua um conflito ideológico: a insistência na "construção" do objeto pode ser uma forma de desqualificar as teorias dos nossos adversários e imunizar as próprias¹⁰.

A objetividade entendida como adequação tem sido entretanto questionada de outra maneira pelos partidários das Ciências Humanas entendidas como disciplinas hermenêuticas, i.e. interpretativas. Com efeito, um dos argumentos com os quais os epistemólogos hermenêuticos rejeitam o modelo científico-natural para os fenômenos humanos, é a alegação de que o conhecimento correspondente a esse modelo tem um caráter "operativo", constituindo em rigor uma forma de manipular a realidade (ver Ladrière 1970 e 1977). Nas disciplinas hermenêuticas, diferentemente, a realidade não se apresentaria apenas como a resposta às nossas operações, mas como presença de um sentido ('Sinn', 'sens') que se manifesta (Coreth 1969, cap. IV). Tenho examinado em outro lugar (Cupani 1986) as pretensões da Hermenêutica chegando a conclusões não inteiramente favoráveis a elas; porém,

⁸Para as repercussões das idéias de Kuhn em diferentes campos, ver Gutting (1980). Para severas críticas autorizadas, ver Bunge 1985a, pp. 71 ss. e Bunge 1985b, pp. 97 ss.

⁹Trata-se, certamente, de uma atualização da antiga questão da diferença entre o "objeto material" e o "objeto formal" do conhecimento.

¹⁰Se o objetivo é antes "construído" que "atingido", torna-se mais fácil substituir a discussão da validade da teoria dos nossos adversários pelo "desmascaramento" de sua vinculação com tais ou quais interesses, propósitos, etc. Por outra parte, pelos mesmos motivos, podemos sentir-nos relevados da obrigação de demonstrar a validade de nossa própria teoria e limitar-nos a defender sua utilidade para tais outros interesses, propósitos, etc.

estou pronto a admitir que, como no caso das idéias de Kuhn, a extensão e a persistência de preocupações hermenêuticas no pensamento contemporâneo¹¹ são fortes indicadores de algo que deve ser melhor compreendido na "adequação" tradicional.

III. Sobre o papel da intersubjetividade

III.1 Sobre a natureza do consenso científico

Comentei ao início deste trabalho que o controle intersubjetivo é a peça chave da concepção tradicional da objetividade. Kuhn, e depois dele Feyerabend (1975) discutiram o caráter puramente lógico-empírico atribuído tradicionalmente aos acordos que procuram e conseguem os cientistas como sinal de objetividade. Ambos destacaram (Feyerabend de maneira mais ousada e provocativa) o papel das crenças não examinadas e da retórica no consenso científico. Embora essas observações pareçam normalmente um convite ao relativismo, tal conclusão não é forçosa ao admitir (e apreciar) uma maior complexidade da intersubjetividade científica que a da visão tradicional. É o que acontece no ensaio de J. Ziman, *Conhecimento Público* (1968), em que o autor, embora proclamando que todo fato e toda teoria científicos, para serem aceitos, devem passar "por uma fase de análises críticas e de provas, realizadas por outros indivíduos competentes e desinteressados", reconhece que o método científico tem grande força retórica e que não há teorias que sejam provadas de modo puramente lógico. Acreditamos na Ciência, continua Ziman, porque nos fornece um quadro *relativamente lógico* para nossas observações (*op. cit.*, p. 53). De todas maneiras, afirma (e eis sua principal contribuição) que o que caracteriza a Ciência diferenciando-a de outras criações humanas (religião, direito, artes) é a procura de "estabelecer um livre consenso intelectual" (*op. cit.*, p. 156). Esse consenso é intelectual por ser "relativamente lógico"; é livre por repousar numa dupla confiança: na validade das afirmações de outros cientistas, quando aparentemente bem comprovadas (não se poderia pesquisar re-fazendo todos os testes), e na possibilidade de testar contudo aquelas afirmações quando se tornarem suspeitas. A essa convicção corresponde a noção de "conhecimento público" pela que o autor define a Ciência.

Uma década antes de Ziman, Michael Polanyi, no seu volumoso *Personal Knowledge* (1958), injustamente pouco estudado entre nós¹², havia

¹¹ Sobre a riqueza das preocupações hermenêuticas, ver por exemplo Dallmayr & McCarthy (1977), Mitchell & Rosen (1983) e Shapiro & Sica (1984).

¹² Injustamente, não apenas pela riqueza do seu tratamento do processo do conhecimento científico, senão também porque se antecipa às idéias de Kuhn (hoje tão famosas) muito mais do que este último reconhece (ver como exemplo a análise das controvérsias científicas em Polanyi 1958, cap. 6, 55).

por sua vez alertado para o perigo de simplificar a natureza do acordo intersubjetivo. Denunciando a “vacuidade” de afirmar “que a ciência está simplesmente baseada em experimentos que qualquer um pode repetir à vontade” (*op.cit.*, p. 13), ensinava que toda verificação crítica de uma afirmação científica pressupõe, no crítico, o mesmo poder de reconhecer a racionalidade existente na natureza que aquele pressuposto no descobridor. Por outro lado, chamava a atenção sobre a circunstância de que o esforço do cientista por convencer os colegas da validade de uma descoberta, é inseparável do esforço para se convencer a si mesmo (*op.cit.*, p. 171).

As ponderações anteriores levam a pensar que a natureza do acordo intersubjetivo na Ciência deve ser tal que, ainda que produzido eventualmente mediante recursos complexos, se conserve sempre como “livre consenso intelectual”. Por outra parte, aquelas ponderações nos dizem também que esse acordo tem um papel que, embora ineliminável, não deve ser superestimado: o consenso constitui a ‘ratio cognoscendi’ e não a ‘ratio essendi’ da objetividade.

Se, pelo contrário, se exige ou espera que o acordo se realize sempre por puros recursos lógico-empíricos, e ademais se vê nele a essência da objetividade, se corre o duplo risco de desconhecer o funcionamento real da Ciência e de negar a objetividade (etimológica), seja que se afirme que ela consiste no acordo (aceitando-se em princípio o relativismo), ou que se conclua que a objetividade não existe (havendo apenas os acordos como tais).

III.2 Dificuldades do controle intersubjetivo

Os riscos de tomar a validade intersubjetiva, condição necessária para supor objetividade numa afirmação científica, por condição suficiente, são ressaltados no artigo de E. Freeman “Objectivity as intersubjective agreement” (1973). O autor começa por lembrar que o acordo intersubjetivo que serve de controle científico é um acordo nominal sobre palavras que têm, ao mesmo tempo, uma referência subjetiva, acerca da qual não há acordo totalmente convincente, e uma pretensa referência objetiva, que é a que importa cientificamente. Num exemplo: a palavra “amarelo” refere-se a uma experiência perceptiva de quem a utiliza e à suposta causa externa de tal experiência (*op.cit.*, p. 169). O controle científico aponta para a presença (ou não) dessa causa.

Freeman continua lembrando que a distinção anterior tem como pressuposto a convicção de que é “subjetivo” o que depende da vontade do observador, e “objetivo” o que não depende dela (ademais de pressupor que a natureza é uniforme e que o princípio de causalidade não tem exceções) (*op.cit.*, p. 171). Ora, a principal dificuldade da objetividade assim entendida (medida pelo controle intersubjetivo) consiste em provar a existência da causa externa através das respostas dos observadores. Com efeito, os cientistas trabalham convictos de que:

(. . .) se as condições necessárias e suficientes que produzem um acontecimento num dado momento são repetidas num outro momento, exatamente o mesmo acontecimento ocorrerá nesse outro momento" (ibid.)

Todavia — comenta Freeman — algumas experiências curiosas no campo das ilusões perceptivas conduzem a reconhecer que um experiência pode perfeitamente ser independente da vontade, confirmada por acordo intersubjetivo e reproduzível por outro observador sob as condições iniciais, e no entanto não ser verídica, não corresponder às supostas causas externas. Numa palavra: pode não ser "objetiva"¹³. Tais enganos só podem ser eliminados por um novo e diferente acordo intersubjetivo baseado em informação adicional (*op. cit.*, p. 172).

O perigo da confiança excessiva no controle intersubjetivo havia sido já advertido por Polanyi, quando fazia notar a tendência à estabilidade de todo sistema de crenças (inclusive, o científico) e interpretava em termos dessa tendência o critério de verdade científica como coerência (da afirmação nova com o corpo de verdades científicas estabelecidas) (*op. cit.*, p. 294).

Thomas Kuhn apontou para o mesmo fenômeno ao se referir à inclinação, constitutiva da "ciência normal", a negar "anomalias" (1962 p. 24). E Feyerabend, mais recentemente, defendeu a conveniência (e até a necessidade) de que o cientista proceda "contra-indutivamente" (ou seja, defenda teses contrárias a verdades científicas consagradas) como modo de obter precisamente aquela informação adicional capaz de quebrar as "interpretações naturais" responsáveis por eventuais ilusões coletivas (1975, pp. 45 ss.).

De todos os modos, não se deve — parece-me — exagerar o perigo antes mencionado, imaginando os cientistas como seres quase enclausurados no círculo das próprias idéias e convenções. O próprio Kuhn (*op. cit.*, cap. V) faz ver que o condicionamento profissional que possibilita a "ciência normal" (e, por conseguinte, as suas eventuais limitações) é a condição para que, mais cedo ou mais tarde, sejam advertidas as "anomalias" *como tais*. Isso supõe — voltando à análise de Freeman — conceber o cientista, não só como um ser capaz de estar de acordo sobre a referência subjetiva das formulações dos seus colegas, senão também de questionar-lhes a referência objetiva. Um ser capaz, não só de concordar em que vê a mesma cor que outro que afirma estar percebendo algo "amarelo" (note-se de passagem que talvez não haja modo de que ele se assegure de que sua vivência é

¹³ Freeman refere-se, em particular, à curiosa experiência de mirar com um olho só por um fino tubo de papel, em direção ao céu ou a uma parede distante, mantendo o outro olho aberto e movendo a mão que não segura o tubo, aberta e com a palma virada para os olhos, ao longo do tubo. Numa certa posição se tem a impressão de haver um orifício circular na palma da mão (Freeman 1973, p. 173).

“igual” à do outro), senão também de estar ou não de acordo com o outro sobre a causa da vivência de ambos. Ou ainda: um ser a quem a coincidência de vivência estimulará, mas não necessariamente decidirá em favor de, uma afirmação aparentemente “objetiva”.

III.3 *Dificuldades da crítica recíproca*

O problema que acabo de comentar remete-nos a outra das características da concepção tradicional da objetividade: a crítica recíproca que seria, precisamente, a salvaguarda da Ciência contra enganos e ilusões, sejam de um cientista ou de todo um grupo.

Supõe-se que essa crítica deva ser maximamente livre, em termos intelectuais. Não obstante, Kuhn mostrou (1962, p. 94) que cientistas que compartilham um mesmo paradigma geralmente não o ultrapassam ao discutir o mérito de afirmações científicas (o que tende a reforçar a circularidade das verificações), e que cientistas de diferentes paradigmas discutem cada qual a partir de sua própria formação profissional (o que dificulta por longo tempo chegar a um novo acordo). Tudo isso aponta para o fato de que, embora a crítica tenha uma função insuprimível para atingir afirmações mais objetivas, a sua liberdade está provavelmente superestimada na concepção tradicional.

Essa superestimação alcança também, aparentemente, as tentativas de aumentar a objetividade mediante uma crítica recíproca tecnicamente planejada e conduzida. Paul Diesing (1983) relata e analisa uma prolongada experiência (3 a 6 anos) de analistas políticos fazendo estudos de casos, coletivamente controlados, referentes à negociação em crises internacionais. O grupo estava integrado por pesquisadores de posições ideológicas diferentes, situadas num espectro “vagamente definido” como radical-liberal-conservador. Ao perceber que as interpretações e re-interpretações dos casos analisados não superavam os limites da ideologia do analista (apesar da intenção de todos de serem objetivos), foram reforçadas as medidas técnicas tendentes a que a crítica recíproca fosse mais eficaz. Procuraram-se conjuntos de dados os mais densos possíveis; foram consultadas fontes numerosas e ideologicamente variadas; fizeram-se controles cruzados dos diferentes relatos; etc., medidas todas essas que melhoraram a consciência de cada pesquisador a propósito das limitações de suas próprias interpretações, sem eliminar todavia inclinações à parcialidade na crítica. Assim, para limitar-se a um exemplo, Diesing notou que quando outro investigador havia achado “incrível” o estudo feito por Diesing, os fatos que o outro esgrimia na sua crítica pareciam ao próprio Diesing “irrelevantes ou enigmáticos”, ou de fontes duvidosas. Ele, por sua vez, não conseguia convencer os outros da sua interpretação (e lembre-se uma vez mais que se tratava de pesquisadores dispostos a uma crítica livre e bastante conscientes do peso das próprias posições ideológicas) (*op.cit.*, p. 8).

O mais interessante das conclusões de Diesing, a meu ver, é a sua declaração de que, apesar de haver-se conseguido diminuir a pressão ideo-

lógica, admitindo-se interpretações alternativas, mediante a crítica sistemática cada vez mais refinada, ele não se atreve a afirmar se os acordos parciais alcançados foram "um passo em direção à objetividade, ou o produto da dinâmica de pequeno grupo, ou barganha tácita, ou um pouco das três coisas" (*op.cit.*, p. 10). Os motivos de dúvida referem-se tanto a questões que ficaram sem resolver¹⁴, quanto a que o próprio ideal de uma crítica livre e frutífera se revelou ideologicamente condicionado, um assunto ao qual pretendo retornar mais adiante.

III.4 Sobre o valor do método

Já foi comentado que vincular a objetividade (etimológica) ao controle intersubjetivo mediante crítica recíproca dos pesquisadores conduz a procurar e justificar o método (em sentido amplo) como algo essencial à objetividade científica. Afirmar que a Ciência é metódica¹⁵ implica confiar em que, junto com uma afirmação que reivindica ser verdadeira por "objetiva", estão dados os caminhos pelos quais um outro pesquisador pode certificar-se da validade dessa reivindicação.

Richard Rudner definiu como "objetivo" um método (comparativamente a outro ou outros) quando "seu contínuo emprego for menos passível de erro" que o de outros (Rudner 1966, p. 115). O autor acrescentava que, quando se trata de questões relativas a fatos, é contraditório esperar que um método seja completamente objetivo (devido a que a índole da pesquisa não permite que sejam jamais eliminados totalmente os erros). Frisava ademais que nenhuma metodologia se mostrou na história mais idônea (i.e., mais objetiva) que a considerada científica, em parte graças à sua auto-corrigibilidade (cf. Bunge 1969, p. 46).

M. Martin (1973) mostrou a questionabilidade de tais critérios aparentemente fáceis de aceitar. A formulação de Rudner levaria a ter que admitir como mais objetivo que a metodologia científica convencional um método imaginário que consistisse em não permitir acreditar em *nenhuma* proposição sintética (evitando-se de tal modo *todo* erro), o que é evidente-

¹⁴ As questões que ficaram por resolver eram essenciais no tipo de pesquisa analisado, dizendo respeito aos últimos propósitos e às intenções imediatas dos governos cujas ações os analistas haviam procurado entender. Dising comenta: "(...) We did reach some agreements. We learned to accept each other's interpretations as possibilities or as one-sided exaggerations with some truth in them. We could agree that Kennedy may have thought he was trying to 'free' Cuba, and that Khrushchev could possibly have worried about a second U. S. attack on Cuba. We could even combine two or three interpretations, asserting that all these factors were probably present in the case but we could not assess their relative importance . . ." (Dising 1983, p. 9).

¹⁵ Bunge, por exemplo, praticamente identifica a Ciência com o método. Ver 1969, §§ 1.2 e 1.3, e 1972b, pp. 55 ss.

mente absurdo. A formulação de Rudner tampouco protegeria a metodologia convencional contra um suposto método (menos “cauto”, no dizer de Martin) que consistisse em autorizar acreditar em afirmações sintéticas de probabilidade igual ou maior que 0.9999999. Tal metodologia imaginária continuaria a ser mais “objetiva” que a científica, porque na Ciência se admitem normalmente proposições de muito menor probabilidade: outra conclusão inaceitável. Em terceiro lugar, o critério de Rudner permitiria que um método fosse considerado mais “objetivo” que outro que, todavia, permitisse menos *omissões* (e, por conseguinte, distorções) nos resultados.

O artigo de Martin encerra-se, não com uma proposta de definição que salvasse as deficiências da de Rudner, senão com a reflexão de que é difícil estabelecer as condições necessárias da objetividade de uma metodologia. Para os propósitos do presente estudo, isso significa que se a objetividade (etimológica) é vinculada ao controle intersubjetivo e este, por sua vez, remete à utilização de procedimentos metódicos, não é fácil decidir que tais ou quais métodos (ou até, que o método científico dito geral) garantam a objetividade. Falar de maior ou menor quantidade de erros superados ou evitados pode ser uma justificação apenas pragmática e circular: os “erros” podem estar sendo vistos e definidos como tais através da própria metodologia defendida.

Em todo caso, dúvidas como as anteriores explicam os diversos questionamentos ao papel do método científico em conexão com a objetividade de que se podem encontrar na literatura epistemológica das últimas décadas, e ainda antes. Assim, defendendo o caráter eminentemente pessoal (embora não subjetivo) do conhecimento científico, Polanyi (1958) já fazia questão de sublinhar que a objetividade dos recursos metodológicos (desde os esforços para utilizar uma linguagem precisa até o emprego de instrumentos sofisticados, passando por normas de procedimento eficaz e formulações matemáticas) só pode ser eficiente quando assumida por uma “arte” de conhecer (passim).

“Máximas — escrevia P. — não podem ser entendidas, e muito menos aplicadas, por alguém que não possua já um bom conhecimento prático da arte . . .
. . . Outra pessoa pode usar as minhas máximas científicas para conduzir sua inferência indutiva a todavia chegar a conclusões muito diferentes . . .”
(1958, p. 31).

Isso porque:

“O mais estritamente mecanizado procedimento deixa algo para a habilidade pessoal, no exercício da qual uma inclinação individual [‘individual bias’] pode entrar” (*op. cit.*, p. 19).

Polanyi deduzia disso a necessidade de abandonar, como obsessão prejudicial, os esforços para encontrar “estritos critérios de verdade e estri-

tos procedimentos para chegar à verdade", e de reconhecer que, embora o proceder do cientista seja "certamente metódico", "seus métodos não são senão as máximas de uma arte" (*op. cit.*, p. 311).

Creio que não deveríamos, contudo, concluir que Polanyi queria consagrar a habilidade como superior ao método, porque essa arte de pesquisar que constantemente invocava não é certamente um dom, senão o resultado de uma longa experiência metodicamente conduzida. Há neste sentido uma coincidência parcial entre suas colocações e as advertências de um defensor da posição tradicional como Mario Bunge, que em diversos textos (1962, 1969, 1972b) se refere ao equívoco de entender a metodologia científica como uma receita ou como um conjunto de regras de aplicação e efeito automáticos. Também Bunge reconhece a intervenção de fatores tais como a criatividade, o bom senso, a intuição. Há todavia entre ambos os autores uma decisiva diferença da ênfase: Polanyi tenta mostrar que o método depende sempre da habilidade; Bunge defende que a habilidade repousa no método.

A dicotomia método-habilidade reaparece na crítica de Hans-Georg Gadamer às Ciências Humanas (que continua a denominar "Ciências do Espírito") demasiado ansiosas por adotar a metodologia científico-natural. Em nome do caráter para ele essencialmente interpretativo daquelas Ciências, Gadamer defende que o decisivo no estudo dos fenômenos humanos (vistos como tradição histórico-cultural) não é o método senão a habilidade do pesquisador para abrir-se ao sentido dos assuntos pesquisados. Essa habilidade resultaria da combinação de diferentes fatores: influência do senso comum e relevância da linguagem natural quando se trata de compreender o humano; experiência e formação pessoais do investigador; sua familiaridade com a tradição (em cujo seio se encontra sempre o assunto pesquisado e à qual pertence, igualmente, o estudioso), e até seu gosto (entendendo por tal uma tendência intuitiva para o correto) (Gadamer 1960, partes I.1 e I.2). Uma tal habilidade do investigador teria mais importância para chegar à verdade nas Ciências Humanas que o método.

A tese de Gadamer tem provocado, desde a sua formulação, a impugnação de ameaçar toda forma de objetividade, vale dizer, toda forma de conhecimento confiável¹⁶. Em sua defesa, Gadamer tem esclarecido que sua tese não equivale a negar a utilidade dos métodos, senão a afirmar que a verdade, em matéria de assuntos humanos, transcende o que pode ser obtido metodicamente (*op. cit.*, p. 641 ss.). Parte da dificuldade para aceitar sua posição deriva, creio, da circunstância de não ficar clara nela a relação entre os dois tipos de tratamento dos temas humanos: o técnico e o hermenêutico. Porém, o mais relevante (e que impede de ver na defesa gadameriana da habilidade uma extensão da posição de Polanyi) é que a base da posição de

¹⁶ Ver, a propósito dessa polêmica, Palmer 1969, cap. 4.

Gadamer está no questionamento da distinção (e contra-posição) do sujeito e do objeto como válida para todo tipo de conhecimento. Questiona-se portanto a objetividade como adequação ao objeto em seu caráter de modelo apropriado para entender a verdade que se pode alcançar quando se tentam compreender assuntos humanos¹⁷: não pode surpreender que se questione também a confiança no método. Por conseguinte, a crítica de que Gadamer impossibilita a objetividade periga constituir uma *ignoratio elenchi*: ele não a impossibilita, mas desconhece (parcialmente) suas pretensões. Por outra parte, a dificuldade para admitir um conhecimento não objetivo (nos moldes tradicionais) pode ser um indício de estar a Hermenêutica de Gadamer constituindo um novo "paradigma" em luta para impor-se, como tenho sugerido em outro lugar (Cupani 1986).

Um questionamento por inteiro diferente da relação entre objetividade e método (desta vez, em nível das técnicas utilizadas) nos é oferecido dentro da análise marxista. Martin Shaw (1975), denunciando que as Ciências Sociais "encontram seus fundamentos verdadeiros nas estruturas sociais nas quais estão incrustadas mais do que em doutrinas acadêmicas" (*op. cit.*, p. 31), tenta demonstrar que "a lógica da técnica de investigação reflete a da manipulação social" (p. 32). Relacionando constantemente a evolução da Sociologia e da Psicologia científico-experimentais com a evolução do Capitalismo e os problemas sociais subjacentes, Shaw quer evidenciar que a evolução e o refinamento das técnicas de pesquisa, em particular o uso das enquetes e os cuidados para fazê-lo de maneira "objetiva", refletem a necessidade de controle social e constituem uma manifestação de alienação de ambas as partes, pesquisador e pesquisado (pp. 57 ss.). Longe de contribuir pois para uma captação mais (etimologicamente) objetiva da realidade social, tais recursos, pelo contrário, impedem-na (dificultando, como conseqüência, todo questionamento e toda mudança sociais).

Desde uma perspectiva diferente, Paul Diesing, num outro escrito (1972), critica também a tentativa de ser "objetivo" em Ciências Sociais mediante recursos técnicos que permitam diminuir ou neutralizar a subjetividade (do pesquisado e do pesquisador), entendendo que desse modo o pesquisador, qual "guardião da objetividade", *objetiva* a subjetividade alheia (isto é, ao traduzi-la em elementos descritíveis e predizíveis, a perde como *subjetividade*). Ou então, quando trata de reconstruir a percepção total de uma situação por parte do conjunto dos sujeitos pesquisados, corre o risco de não poder registrá-la objetivamente, porque "não se pode recuperar um mundo objetivo unificado pondo em conexão mecanicamente uma série de mundos subjetivos deformados" (*op. cit.*, p. 154). Por essas razões, Diesing, inspirado na metodologia da "observação participante",

¹⁷A verdade, na "experiência hermenêutica", se dá, segundo Gadamer, num "acontecer" em que o sujeito, em vez de agir sobre o objeto, "dá ouvidos" ao que a tradição lhe "diz" (ver, por exemplo, Gadamer 1960, pp. 552 ss.).

propõe transformar a pesquisa num "processo cooperativo entre o sujeito [pesquisado] e o cientista", tal que "a descrição de um caso é objetiva se o sujeito descrito se reconhece na descrição" (p. 159).

O elemento comum nas observações de Shaw e Diesing é a rejeição de uma equiparação fácil da objetividade com a eliminação (?) da subjetividade (de pesquisador e pesquisado); ou, com outras palavras, a consciência de que o problema de atingir fielmente um objeto investigado talvez nem sempre se resolva tecnicamente, uma dúvida que já encontramos suscitada pela relação da objetividade com a crítica. No que diz respeito ao valor dos questionamentos, os de Shaw ao caráter alienante-alienado das técnicas de pesquisa nas atuais Ciências Sociais dependem, evidentemente, das teses marxistas sobre a índole super-estrutural da Ciência e sobre a natureza e causas da alienação social; se essas teses não são aceitas, parece-me que o sentido geralmente atribuído às técnicas criticadas por este autor (vale dizer, o de reduzir o subjetivismo) recupera seus direitos. Diferente é o caso do questionamento de Diesing, no qual percebe-se uma consciência da problematidade da relação entre "maior objetividade" e "redução da subjetividade" que não parece tão dependente de toda uma posição sistemática, o que pode facilitar a aceitação de sua proposta. Por outra parte, essa proposta pode ser vista como não eliminatória da importância do método na obtenção de resultados objetivos: basta interpretá-la como a introdução de uma nova técnica ou regra de procedimento.

Recordemos finalmente a crítica mais agressiva à confiança na metodologia como veículo por excelência do controle intersubjetivo e da objetividade científica: a do "anarquismo epistemológico" de Paul Feyerabend (1975), ávido de mostrar que a Ciência tem progredido mais "contra o método" que de acordo com ele; que é mais propício ao avanço do saber um "pluralismo teórico" que não vacile em desafiar conhecimentos comprovados e para o qual, em última instância, "tudo vale". Com relação, especificamente, ao ideal de objetividade metódica, Feyerabend crê que a tradicional confiança nas virtudes da metodologia oculta o fato de que a formação científica é um *condicionamento* responsável, ao mesmo tempo, da uniformização da conduta e consciência dos pesquisadores, e do "congelamento" dos processos estudados, que passam a ser vistos como "fatos" estáveis (*op.cit.*, p. 21). A "objetividade" assim conseguida (tanto no que diz respeito à conduta do cientista como à validade dos resultados), longe de ser o oposto da ilusão e do preconceito, seria na verdade o produto daquele condicionamento, que chegaria a marcar profundamente a crítica supostamente livre e a percepção da realidade.

Poder-se-ia supor que a proposta do autor de rejeitar toda metodologia impositiva e permitir a proliferação de pontos de vista alternativos (incluindo os "não científicos", *op.cit.*, cap. III e IV), tivesse por finalidade o alcance de uma real objetividade (se por tal se entende a captação fiel do objeto). Mas Feyerabend — coerentemente — ataca também a noção

de conhecimento como gradual aproximação da realidade, substituindo-a pela convicção de que a luta livre entre diversos pontos de vista provoca o “desenvolvimento de nossa consciência”, e coloca de lado – ainda que obscuramente – o ideal de objetividade.

A posição de Feyerabend tem sido objeto de severas críticas, segundo as quais ele exagera certos riscos e limitações da prática científica convencional, extraíndo daí conseqüências descabidas (Gellner 1975). É culpado também de desconhecer ou tergiversar a história da Ciência e até de confundir o significado de princípios científicos (Bunge 1985a e 1985b). Parece difícil aderir às suas idéias, a menos que se admita sua convicção de que o avanço do conhecimento tem-se devido amiúde mais às propostas dos “perturbadores” e dos “intelectuais sem profundidade [aparente]”, que às dos pensadores “sérios” (*op.cit.*, p. 44), mas essa admissão seria circular, devido a que a convicção mencionada faz parte da própria teoria de Feyerabend. Talvez suas idéias mereçam ser estudadas antes como sintoma da época (poucos livros devem ser mais expressivos da atual animosidade contra a imagem tradicional da Ciência) que pelo valor dos seus argumentos.

IV *Objetividade e tendenciosidade*

IV.1 *Formas da tendenciosidade*

Como já foi lembrado, a falta de tendenciosidade não consiste em não possuir tendências (é inimaginável um ser humano sem elas), senão em não permitir, até onde isso for possível, que as tendências pré-determinem os resultados de uma pesquisa. Embora hoje em dia a tendenciosidade seja denunciada, na maioria dos casos, com referência aos fatores sociais, e principalmente aos de classe, as causas e modalidades de tendenciosidade potencial parecem ser bem mais numerosas.

W. H. Walsh (1977, pp. 97 ss.) propõe distinguir, como fontes de tendenciosidade, os motivos pessoais (preferências e aversões), as convicções grupais, os posicionamentos teóricos e as cosmovisões. Kaplan (1964, p. 385) relembra que, além dos fatores de índole política e social, têm existido fatores de raça, nação, academia e cultura a provocar tendenciosidade. Cita ainda como suas possíveis origens inquietações metafísicas, impulsos sexuais, convicções religiosas, interesses de instituições e até preocupações estéticas. Com Bachelard (1938) devemos acrescentar o perigo das metáforas, da experiência vulgar e do senso comum, e a gravitação dos hábitos.

Com relação à natureza da tendenciosidade, Gibson (1961 pp. 111 ss.) diferencia oportunamente entre “prejuízo”, que se dá quando a influência de algum tipo de motivos nos leva a adotar crenças sem levar em consideração em absoluto a evidência disponível, e “parcialidade”, consistente na inexata valoração da evidência. O autor acrescenta que, quando ata-

cado, o prejuízo tende a converter-se em parcialidade por um processo defensivo de racionalização. É plausível supor que na Ciência a parcialidade seja mais freqüente que o prejuízo 'sensu stricto'. Contudo, a força do prejuízo, até para se "suavizar" em parcialidade, parece bem evocada na seguinte situação imaginada por Kaplan:

"(...) Descreva a alguém o que parece o resultado favorável de um experimento no campo da telepatia; o interlocutor dirá que a proporção de êxitos ou o número de casos era demasiado reduzido para ser significativo. Peça-lhe para supor que ocorreram casos em número dez vezes mais favoráveis; ele sugerirá que algum estratagema foi usado. Continue, fazendo a suposição de que estratagemas estão fora de causa, tanto pela integridade das pessoas objeto da experiência, como pela integridade dos investigadores, e o interlocutor dirá que as respostas foram inconscientemente insinuadas. E se você disser que as condições do experimento afastam essa possibilidade (as pessoas a ele submetidas estavam em salas separadas e assim por diante), o interlocutor proporá alguma outra explicação possível. Em certo ponto, entretanto, o que ele *deve* dizer é: "Se a investigação e seus resultados *fossem* como você hipoteticamente os descreve, eu acreditaria na telepatia! ' . . ." (Kaplan 1964, p. 384, grifados do autor).

IV.2 Detectando a tendenciosidade

Diversos autores, como Gibson (1961), Kaplan (1964) e Theodor Geiger (1953), nos lembram que uma coisa é reconhecer a existência de fatores de tendenciosidade potencial, e outra diferente é detectar e estimar a sua influência. Quando há suspeita de parcialidade, Geiger (1953, p. 138) e Myrdal (1965, p. 174 e 1969, p. 58) prescrevem revisar a argumentação: as falhas lógicas indicarão a presença dos preconceitos.

"(. . .) Este método funciona — complementa Myrdal — sempre que as distorções se restringem ao plano das inferências. Se os vieses tiverem influenciado as próprias observações, de tal modo que os dados tenham sido erradamente percebidos e registrados, o método consiste em repetir as observações. Se os vieses influenciaram a seleção dos dados coligidos, o ponto de vista e as hipóteses adotados, ou a demarcação do campo de estudo, a aferição consiste na aplicação de hipóteses alternativas e na ampliação do âmbito da pesquisa de modo a abranger os campos negligenciados. . ." (1965, p. 174).

Gibson (1961, p.19) reconhece como útil, também, observar se a teoria defendida apóia os interesses da pessoa; se se parece com as idéias vigentes no seu meio, e se responde apenas ou principalmente às suas evidências imediatas. Em caso de constatar-se coincidências, a suspeita de parcialidade fortalecer-se-á. Não obstante, Gibson (como também Geiger 1953, p. 139) frisa que tais coincidências não são necessariamente provas de parcialidade. Apesar delas, pode haver suficiente evidência (e correção lógica na argumen-

tação) para aceitar a teoria por válida (e não meramente favorável ao seu defensor). Reciprocamente — continua Gibson — não seria razoável exigir que um pesquisador, para ser objetivo, contrariasse metodicamente seus interesses e pontos de vista. Isso sem contar que a própria suspeita ou acusação de tendenciosidade pode ser, por sua vez, produto de tendenciosidade (Geiger 1953, p. 143). Em todo caso, as dificuldades para decidir a efetiva presença da tendenciosidade ao analisar casos individuais, levam Geiger a defender como mais segura uma crítica que correlacione (de modo sistemático, se possível com recursos estatísticos), certos tipos de afirmações e determinadas categorias de pessoas, ao constatar-se erros ou ilusões típicos (*op.cit.*, pp. 138 ss.).

Retenhamos finalmente a observação de Gibson (*op.cit.*, p. 122), de que toda tentativa de surpreender a tendenciosidade pressupõe a confiança em que a objetividade (ou seja, a não-tendenciosidade) seja possível em alguma medida; que nós mesmos, em particular, possamos ser de algum modo objetivos quando julgamos a tendenciosidade alheia. Não sendo assim, negando-se *totalmente* a objetividade, nem sequer poder-se-ia demonstrar esta própria tese da negação total¹⁸.

IV.3 Dificuldades para controlar a própria tendenciosidade

É já um lugar comum mencionar que Max Weber (1922) prescreveu ao cientista social o esclarecimento, para si e para os demais, das valorações incluídas na sua pesquisa, como forma de aumentar a objetividade.

Uma tal auto-exposição tem a ver com dois tipos de valorações, de incidência díspar na eventual distorção da pesquisa. Por um lado, estão as valorações que o cientista metodicamente escolhe e utiliza (ou inadvertida mas inevitavelmente emprega) como recurso de tratamento do assunto pesquisado. (Pensemos, como caso típico, no uso de uma palavra como “normal”). Trata-se das valorações a que se refere Myrdal (1956, cap. 7 e 1969, cap. XIII) e que correspondem aos “julgamentos de valor caracterizadores” de Nagel, definidos como “juízos que afirmam a presença (ou ausência) em um certo grau de uma característica determinada em um caso dado” (Nagel 1961, p. 444). Embora não de todo inócua com respeito ao problema da tendenciosidade, tais valorações parecem não demasiado perigosas devido à sua índole: ou são propositalmente usadas (o que pode revelar mais facilmente as suas fraquezas), ou seu emprego irrefletido, se denunciado, poderá todavia ser tecnicamente justificável.

Diferente é já o caso das valorações mais inconscientes que o pesquisador poderá projetar na pesquisa, decorrentes dos diversos fatores antes mencionados (situação de classe, hábito, preferências pessoais, etc.). A crí-

¹⁸ Este argumento constitui por assim dizer a alma do livro de F. Cunningham *Objectivity in Social Sciences* (1973).

tica (geralmente marxista) do conselho weberiano, considerando-o como ingênuo¹⁹, aponta precisamente para a circunstância de que o pesquisador dificilmente assumirá e declarará aquelas suas valorações mais íntimas, porque na maioria dos casos não as percebe como tais senão como propriedades dos objetos, convicções de “todo o mundo”, e até coisas “óbvias”. Essas valorações estão na base do que Nagel denominou “juízos de valor apreciativos” para diferenciá-los dos “caracterizadores”, definindo-os como “avaliações conforme as quais um estado de coisas imaginado ou real é digno de aprovação ou reprovação” (*ibid.*). Trata-se de valorações sem papel legítimo na Ciência, porém com presença presumivelmente muito frequente nela. Contudo, o fato de que um autor declare, com relação a tais valorações, algo que nos permita controlar sua eventual tendenciosidade, não carece de utilidade. Se o pesquisador se proclama liberal ou marxista, temos sem dúvida uma pista para lançar luz sobre “valorações ocultas” (Myrdal) deformadoras de suas conclusões. E quem se expõe dessa maneira — se o faz sinceramente e com o propósito de aumentar a objetividade — tem certamente uma oportunidade de conscientizar-se de sua tendenciosidade como consequência das críticas que irá receber²⁰.

As virtudes e limitações desta proposta aparecem também no trabalho de P. Diesing (1972) já comentado. A circunstância de se tratar de um grupo de pesquisadores de diferente e assumida posição ideológica, buscando propositalmente chegar a conclusões que transcendessem tanto quanto possível as deformações da mentalidade de cada pesquisador, permitiu — como já vimos — que se pudessem perceber distorções ideologicamente condicionadas e que se admitissem interpretações alternativas. Ao mesmo tempo — como também vimos —, os resultados não foram para Diesing facilmente avaliáveis em termos de maior objetividade. Quero retomar uma questão apenas mencionada então e que se reveste agora de grande importância. Refiro-me às observações de Diesing cerca do *condicionamento ideológico da própria proposta metodológica*. Com efeito, o autor comenta que o leque de posições ideológicas (conservadores-liberais-radicais) foi definido *a partir da mentalidade liberal*, e isso de tal modo que — sempre na sua interpretação — também os problemas, as especialidades científicas, as técnicas e as hipóteses estiveram definidos dentro daquela mentalidade. Como consequência, as opiniões dos radicais, embora teoricamente tão

¹⁹ Ver, por exemplo, Goldmann 1952, p. 35.

²⁰ Por isso, o que Weber assinalava como “segundo imperativo fundamental da imparcialidade científica”, pedindo que o autor declarasse, para si e para os demais, “quando cala o investigador e começa a falar o homem de vontade” (ou seja, quando se passa da Ciência para a Política), não tinha apenas o sentido de evitar a “prejudicial confusão” entre “o ordenamento conceptual dos fatos” e “a exposição dos ideais”, senão também o de possibilitar a exploração intelectual que estamos comentando. Ver Weber 1922, p. 49.

respeitáveis quanto as dos outros, eram vistas muitas vezes como "extremistas", "revisonistas", etc.; suas teorias e problemas eram desconsiderados sob alegação de que não eram pertinentes; e suas sugestões "eram ignoradas com divertida tolerância" (1972, p. 15).

Certamente não creio que a apreciação de Diesing esteja fora de dúvidas nem, muito menos, da suspeita de tendenciosidade, identificando-se ele mesmo como "radical". Merece todavia atenção sua tese de que a razão principal pela qual a busca de uma objetividade gradualmente crescente mediante uma crítica escrupulosa é (na sua opinião) "uma forma de auto-engano", estaria na convicção de que a Ciência seja algo separável da política na pesquisa (como pensava Weber, acrescentemos; ver 1922, p. 15). E, mais amplamente, vale a pena meditar sobre se a própria noção de objetividade e a maneira imaginada de alcançá-la (sejam quais forem) não poderão constituir modalidades ainda mais sutis de tendenciosidade.

IV.4 Objetividade e condicionamento de classe

As reflexões anteriores nos conduzem ao assunto que mais motiva a atual discussão sobre a objetividade científica: sua presumível vinculação com os interesses de classe. Análises como as de Nagel (1961, pp. 449 ss.) e Cunningham (1973, pp. 13 ss.), que se limitam a argumentos que demonstram a insuficiência e circularidade das teses (Marxismo, Mannheim) que colocam a objetividade em estrita dependência da situação social, são, a meu ver, insatisfatórias. Seus argumentos são impecáveis: não há como provar que o indivíduo pense sempre dentro dos limites da mentalidade de classe, por um lado; e se o princípio da determinação social das idéias vale sem restrições, não se vê por que deveríamos aceitar o princípio mesmo, por outro. Todavia, esses argumentos são insatisfatórios pelo menos por três motivos. Em primeiro lugar, trata-se de argumentos conceituais; rebatem a impossibilidade teórica da objetividade, sem apresentar argumentos empíricos (o que de resto seus defensores criticam aos seus adversários). Ademais, refutam um relativismo socio-histórico genérico. Por último, não parecem perceber(?) que a teoria do condicionamento de classe da mentalidade científica, em sua forma mais importante, a marxista, requer para sua crítica adequada uma análise cuidadosa das teses específicas que lhe dão sentido (as classes como protagonistas da história; consciência real e consciência possível; caráter super-estrutural da Ciência; papel da práxis; etc.).

Deve ser observado ainda que, nas suas formulações mais elaboradas (vale dizer, mais próximas do discurso científico que da pregação política), a posição marxista não afirma a impossibilidade da objetividade científica nem consagra a tendenciosidade. Lembremos mais uma vez que esta última palavra pode designar, seja a inclinação (e eventual limitação) da visão, seja a pré-determinação dos resultados. Cunningham afirma (afirmação importante, por tratar-se de um autor que adere ao Marxismo) que nem

Marx nem Lênin queriam negar a objetividade do conhecimento social nem reduzir sua própria posição teórica à mera defesa dos interesses de uma classe (Cunningham 1973, p. 15). Em diversos autores marxistas contemporâneos (Goldmann 1952 e 1978; Löwy 1985; Schaff 1971), trata-se a questão da objetividade partindo-se da pressuposição de que a discussão é relevante quando se analisa a objetividade a propósito de investigadores que acreditam na possibilidade da verdade e que se esforçam por ser honestos (tornando-se assim significativo que o que podem alcançar como conhecimento efetivo não fuja às marcas da classe). O que está em causa é, por conseguinte, a tendenciosidade como limitação não querida (nem advertida) e não a tendenciosidade como fraude ou manobra; menos ainda, como fatalidade sem paliativos.

De acordo com isso, o que os autores marxistas argumentam parece ser, essencialmente: a) que numa sociedade dividida em classes de interesses contrapostos, tais interesses se projetam (seja o cientista consciente disso ou não) sobre o assunto pesquisado e a forma de pesquisá-lo; b) que, em tais condições, a posição de classe impossibilita a falta de tendenciosidade, mesmo no pesquisador mais escrupuloso e bem intencionado; c) que as classes revolucionárias são, 'eo ipso', mais lúcidas (sua tendenciosidade: a vontade de mudar a situação, as torna mais realistas); d) que não se exclui todavia maior perspicácia parcial, em determinadas circunstâncias, por parte de indivíduos de classes não revolucionárias (Löwy 1985b, p. 31); e e) que afirmar tal condicionamento da visão científica pela posição social não equivale a sustentar um relativismo genérico e cético, mas a reconhecer (e assumir) a gravitação daquele condicionamento no processo de uma cada vez maior aproximação da verdade (Schaff 1971, p. 290)²¹.

V. *Objetividade e ética científica*

A concepção tradicional da objetividade inclui, como foi dito, a observância de certas normas éticas necessárias para a obtenção de um conhecimento efetivo, na medida em que a Ciência é uma tarefa coletiva (Bronowski 1959; Bunge 1972). Em seu *Contra o Método* (1975), que já evoquei outras vezes nestas páginas, Paul Feyerabend empenhou-se em demonstrar (analisando o caso específico do modo de pesquisar de Galileu) que o avanço do conhecimento deu-se amiúde graças a que os cientistas *não* observaram algumas daquelas normas. Procedimentos reputados como contrários à integridade profissional, tais como a ocultação de evidências que possam prejudicar uma nova teoria ou a utilização de recursos retóricos

²¹ A posição marxista refere-se especificamente às Ciências Sociais, porque se supõe que a propósito da pesquisa científica da Natureza não existiram já os interesses contrapostos de classe que afetaram a Ciência em outras épocas (ver por exemplo, Goldmann 1952, p.31).

para confundir o adversário e dar maior solidez a uma hipótese, teriam sido segundo este autor meios necessários, ou pelo menos decididamente úteis, na marcha da Ciência (*op. cit.*, cap. VII).

Evidentemente, é discutível se de fato Galileu violou a ética profissional como pretende Feyerabend e se, caso o tivesse feito, isso provaria a utilidade metódica dessa violação. O assunto merece atenção em relação com os comentários de G. Kneller (1978, p. 273) acerca de que não há unanimidade na apresentação das normas da ética científica por parte dos teóricos da matéria²², e de que a maioria dos cientistas não parece respeitar sempre as normas que supostamente cultua. Considerando que a Ciência — entendida aqui como conhecimento objetivo da realidade — não deixa aparentemente de progredir, insinua-se uma espécie de paradoxo entre a importância (técnica) teoricamente atribuída ao respeito às normas éticas, e os resultados obtidos apesar de sua violação.

A questão remete à discussão sobre o caráter normativo ou empírico da Epistemologia. Quando se a concebe como disciplina normativa, endereçada a determinar como a Ciência deve ser (o que normalmente inclui a convicção de que a Ciência procura a verdade e de que esta representa um valor em si mesma), resulta difícil aceitar que a Ciência atinja seu objetivo prescindindo daquelas normas ou infringindo-as. Um eventual avanço do conhecimento devido a tais infrações, tenderá a ser considerado como um feliz acidente numa maneira de proceder que, por si própria, só podia extraviar o investigador.

Já para quem se coloca na posição de uma Epistemologia empírica, voltada para compreender como se processa a Ciência realmente existente, a comprovada ou presumível falta de observância da ética profissional, em cientistas que mediante tal proceder fizeram não obstante progredir sua área, reclama uma explicação. Não basta reduzi-la a falha ou entendê-la como acidente, estando-se em melhores condições para atribuir um papel positivo às violações. A contrapartida desta possibilidade está na tendência destas abordagens a acabar descartando como inconveniente, inútil ou irrelevante para compreender o avanço da Ciência, a noção de verdade (Kuhn, Feyerabend). Não pode surpreender que esta maneira de conceber a Epistemologia chegue a provocar veementes repúdios (como em Bunge 1985a e 1985b).

O próprio Kneller, após apresentar o problema, tenta resolvê-lo chamando a atenção para a existência de "normas conflitantes" na Ciência, de tal modo que o que pode constituir a violação de uma norma numa con-

²²De fato, os autores que se referem à ética do conhecimento científico apresentam repertórios de normas não inteiramente coincidentes e em todo caso, não sistemáticos. Trata-se de conjuntos mais ou menos numerosos de normas ou valorações que o autor vai relacionando como próprios da Ciência. Ver por exemplo Bronowski 1959 e Bunge 1972a.

duta concreta, seria — melhor analisado o caso — a observância de uma norma oposta (Kneller 1978, p. 277). Creio entretanto que os exemplos fornecidos por este autor não ilustram situações em que gravitam normas propriamente opostas, senão casos de subordinação de normas a outras mais amplas, de infração de normas por prudência ou como recurso técnico, ou de violação de normas pela idiosincrasia do cientista²³. O assunto merece sem dúvida maior estudo.

VI. *Objetividade e impessoalidade*

Como se viu ao início deste trabalho, na concepção tradicional da objetividade espera-se que os resultados de uma pesquisa científica sejam pessoalmente válidos (“universalmente” válidos), e entende-se que tanto maiores são as possibilidades de se alcançar tais resultados quanto menor for a intervenção de peculiaridades pessoais na elaboração do conhecimento. O sujeito ideal da Ciência seria, no limite, qualquer indivíduo humano com a devida formação profissional.

Já tive oportunidade de mencionar que M. Polanyi questionou essa maneira de entender a validade do conhecimento científico, argumentando que este implica sempre uma arte, sem poder ser reduzido a seus aspectos técnicos (regras, métodos, fórmulas, etc.). Tudo, na elaboração do conhecimento científico, remete — segundo Polanyi — a um fator *pessoal*: uma “boa” questão não surge do mero uso de regras; “evidências” não são automaticamente dadas; em qualquer descoberta há sempre uma “brecha” lógica (‘logical gap’) a ser salva pelo engenho do pesquisador; etc.

Reconhecer isso não significa para esse autor subjetivizar a Ciência, porque entende por “pessoal” um tipo de atividade (aqui, a científica) que, embora enraizada no ser humano que a realiza, serve a propósitos que transcendem a sua individualidade. O interesse de Polanyi é mostrar, precisamente, que rejeitar a idéia de que o conhecimento possa ser literalmente impessoal não implica necessariamente cair no subjetivismo. E ele re-

²³ Com efeito, Kneller cita casos como o de um cientista que se recusa a realizar experimentos com seres humanos (infringindo aparentemente a norma segundo a qual o cientista deve respeitar somente considerações de ordem científica ao conduzir e julgar uma pesquisa), mas ele mesmo admite que aqui se estaria obedecendo “um princípio moral superior”. Outro exemplo de Kneller refere-se a certo grau de dogmatismo que os cientistas às vezes precisam ter ante a impossibilidade de encarar seriamente todos os desafios ao conhecimento aceito (desafios que poderiam provir de “loucos e charlatães”); mas isto parece um princípio elementar de prudência que não invalida a norma de que o cientista evite ser crédulo. Como terceiro exemplo dos fornecidos por Kneller temos sua lembrança de que “alguns dos cientistas mais criativos são notoriamente sensíveis no que se refere à sua reputação e céticos sobre a maior parte das reivindicações de conhecimento — exceto as suas próprias” (*op.cit.*, p. 275), lembrança que corresponde ao que denominei violações pela idiosincrasia de um cientista, as quais não me parece que ilustrem transgressões com valor metódico.

jeita a idéia de que o conhecimento seja completamente impessoal por considerá-la como uma concepção gnosiologicamente errada e moralmente prejudicial. Gnosiologicamente errada porque tudo, no conhecimento, remete aos seres humanos, seus interesses, suas necessidades, suas paixões, ou a seu mero reconhecimento. Nada é “problema” ou “descoberta” em si mesmo, senão para alguém (Polanyi 1958, p. 122); uma “alegação impessoal” é algo tão desprovido de sentido como um “cheque anônimo” (p. 256); os fatos ditos “reais” são “fatos acreditados” (p. 304); etc. Denominando “objetivismo” a crença na absoluta impessoalidade do conhecimento científico, Polanyi o faz responsável pelas conseqüências negativas do cientificismo desde o século XVIII. Ao comentar a famosa suposição da Laplace sobre as ilimitadas capacidades de previsão de uma inteligência devidamente informada sobre as forças e posições das entidades do universo, condena uma concepção que “substitui os assuntos em que estamos interessados por uma série de dados que nada nos dizem que queiramos saber” (*op.cit.*, p. 140). Entender a Ciência, conforme se vem fazendo nos dois últimos séculos, como um saber impessoal, indefinitivamente amplificável, separa a Ciência da vida, pondo em perigo todos os valores humanos, inclusive os da própria Ciência. Eis o prejuízo moral que o “objetivismo” encerra.

Contrariando esta concepção, Polanyi defende que a Ciência real (e a que pode beneficiar o homem) é a que resulta de um “compromisso” (‘commitment’). No ato de conhecer (o que equivale a dizer, no ato de formular um problema, entender uma fórmula, verificar uma afirmação, testar uma hipótese, etc.), o sujeito humano exercita uma arte (de conhecer) na qual se compromete com — ou se entrega a — uma verdade cuja validade o transcende. Em todo momento, o conhecimento inclui uma apreciação (‘appraisal’) que “contrói uma ponte entre a subjetividade e a objetividade”. Reciprocamente, a verdade deve ser definida como algo que alguém é capaz de afirmar (*op.cit.*, p. 255).

Já tive oportunidade de comentar, e a propósito deste mesmo autor, que a admissão de fatores pessoais na elaboração do conhecimento científico não está de todo ausente nas defesas da posição tradicional. As análises de Polanyi são todavia importantes porque nos ajudam a esclarecer o que podemos entender por “impessoalidade” da Ciência. Entendida como processo de obtenção de conhecimento, ela nunca é totalmente impessoal (ou seja, padronizada, mecânica, etc.): talvez seja muito mais pessoal (vale dizer, criativa, original, etc.) do que se suspeita, sobretudo nos aspectos e momentos-chave. Como conhecimento já obtido, a Ciência é “impessoal” no sentido de que não contém afirmações que valham exclusivamente para uma pessoa ou um grupo de pessoas de modo arbitrário, isto é, não justificável racionalmente. Mas esta justificação supõe, por sua vez, para ser alegada ou admitida, uma série de condições pessoais, a primeira das quais (eis, me parece, o essencial da posição de Polanyi) consiste na convicção de que existe a verdade e que podemos atingi-la. Uma verdade que só pode ser

entendida como tal, por relação com o esforço humano para alcançá-la, mas que não se reduz por isso ao que os sujeitos opinem, desejem ou queiram, simplesmente. "Validade" das afirmações significa, em suma, algo (muito) mais do que aceitação mediante regras.

De todos modos, as crenças, consensos e avaliações subjacentes a essa aceitação (e que Polanyi destaca) devem ser — insisto — algo penetrável em princípio pelo esclarecimento racional (como mostra Bunge ao discutir a tese kuhniiana da "incomensurabilidade" dos paradigmas; v. Bunge 1985, pp. 72 ss.). Do contrário, a arbitrariedade voltaria a ameaçar as bases da Ciência²⁴.

VII. *À maneira de conclusão*

Já disse que o propósito deste trabalho se limitava a contribuir, mediante a apresentação unitária da concepção tradicional da objetividade científica e o comentário de certas críticas e limitações da mesma, para uma tomada de posição sobre sua vigência atual que só poderá resultar, cabalmente, de pesquisas mais amplas. O leitor terá podido perceber que a localização de cada um dos aspectos problemáticos comentados indicava o rumo de tarefas de esclarecimentos previsivelmente árduas.

Não é possível, por isso, oferecer aqui propriamente uma conclusão. Desejo não obstante registrar minha impressão de que os questionamentos apresentados não conduzem na direção de um abandono da concepção tradicional (principalmente porque nem destróem a possibilidade da objetividade²⁵ nem oferecem por enquanto uma alternativa confiável), embora recomendem certamente maior cautela ao respeitá-la. Trata-se da cautela exigida pelas situações em que o aparentemente fácil (ou, pelo menos, não demasiado difícil) se revela em alguma medida enganoso ou necessitado de maior cuidado, sem que tenhamos ainda motivos fortes para considerá-lo errado, inútil ou prejudicial.

Tal me parece, efetivamente, o caso da objetividade científica nos moldes tradicionais. Pode conceder-se que nela tudo é mais delicado ou trabalhoso do que se pensava: a efetividade da crítica, a confiabilidade dos métodos, a possibilidade de ser imparcial, etc.; nada disso parece razão suficiente para abandoná-la. Pelo contrário: ao assumirmos os motivos de dúvida, aprimoramos 'ipso facto' aquela concepção.

²⁴ Assim me parece que acontece com o papel que Polanyi tenta atribuir à sensibilidade para com a beleza como elemento que indicaria a presença do real (1958 pp. 145 ss. qq).

²⁵ Deixo evidentemente de lado, neste julgamento, a peculiar posição de questionamento de Gadamer (e mais amplamente, da Hermenêutica) ao valor do conhecimento objetivo.

Cunningham, num outro trabalho seu (1980), afirma que é muito improvável que a humanidade tivesse sobrevivido até hoje se não fosse possível o conhecimento objetivo; atrevo-me a pensar que é igualmente improvável que a Ciência se tivesse desenvolvido se a concepção tradicional da objetividade fosse uma quimera.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agazzi, E. (1977), "Ideologia cientista e tecnocrática" in: Ladusans, S. (org.), *Pensamento parcial e total*. São Paulo: Loyola.
- Bachelard, G. (1938), *La formation de l'esprit scientifique*. Trad. cast. (1978) *La formación del espíritu científico*. México: Siglo Veintiuno.
- (1949), (1975) *La philosophie du non*, 7ª ed. Paris: P.U.F.
- Bronowski, J. (1959), *Science and Human Values*. Trad. port. (1979) *Ciência e valores humanos*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia & EDUSP.
- Bunge, M. (1962), *Intuition and Science*, Trad. cast. (1965) *Intuición y Ciencia*. Buenos Aires: EUDEBA.
- (1969), *La investigación científica*. Barcelona: Ariel.
- (1972a), *Ética y ciencia*. Buenos Aires: Siglo Veinte.
- (1972b), *La ciencia, su método y su filosofía*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- (1985a), *Racionalidad y realismo*. Madrid: Alianza.
- (1985b), *Seudociencia e ideología*. Madrid: Alianza.
- Cervo, A. & Bervian, P. (1983), *Metodologia científica* 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- Coreth, E. (1969), *Grundfragen der Hermeneutik*. Trad. port. (1973) *Questões Fundamentais de Hermenêutica*. São Paulo: EPU.
- Cunningham, F. (1973), *Objectivity in Social Sciences*. Toronto: University of Toronto Press.
- (1980), "In Defense of Objectivity". *Phil. Soc. Sci.* 10: 417-426. Press.
- Cupani, A. (1985), *A Crítica do Positivismo e o Futuro da Filosofia*. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- (1986), "A Hermenêutica ante o Positivismo", *Manuscrito* IX(1): 75-100. *quiry*. Notre Dame: U. of Notre Dame Press.
- Diesing, P. (1972), "Subjectivity and Objectivity in the Social Sciences", *Phil. Soc. Sciences* 2: 147-165.
- (1983), "Ideology and Objectivity" in Cohen, R. S. & Wartofski, M.W. (eds.), *Epistemology, Methodology and the Social Sciences*. Dordrecht: D. Reidel.
- Feyerabend, P. (1975), *Against Method*. Trad. port. (1977), *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- Freeman, E. (1973), "Objectivity as 'intersubjective agreement' ", *The Monist* 57: 168-175.
- Gadamer, H.G. (1960), *Wahrheit und Methode*. Trad. cast. (1977), *Verdad y método*. Salamanca: Sígueme.
- Geiger, T. (1953), *Ideologie und Wahrheit. Eine Soziologische Kritik des Denkens*. Trad. cast. (1974), *Ideología y Verdad*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Gellner, E. (1975), "Beyond truth and falsity". Trad. port. (1980), "Além da verdade e da falsidade" in *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* 1: 62-76.
- Gibson, Q. (1961), *The Logic of Social Inquiry*. Trad. cast. (1974), *La Lógica de la Investigación Social*. Madrid: Tecnos.
- Goldmann, L. (1952), *Sciences humaines et philosophie*. Trad. port. (1984), *Ciências Humanas e Filosofia*. São Paulo: DIFEL.
- . (1978), *Epistémologie et Philosophie Politique*. Trad. port. (1984) *Epistemologia e Filosofia Política*. Lisboa: Presença.
- Gutting, G. (ed.) (1980), *Paradigms & Revolutions*. Notre Dame : U. of Notre Dame Press.
- Kaplan, A. (1964), *The Conduct of Inquiry*. Trad. port. (1975), *A Conduta na Pesquisa*. São Paulo: EPU.
- Kneller, G. (1978), *Science as Human Endeavor*. Trad. port. (1980), *A Ciência como Atividade Humana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kuhn, T. [1962] (1970), *The Structure of Scientific Revolutions* 2ª ed. Chicago: U. of Chicago Press.
- Ladrière, J. (1970), *L'articulation du sens. Parole scientifique et parole de la foi*. Trad. port. (1977), *A Articulação do Sentido*. São Paulo: EPU/EDUSP.
- . (1977), *Les Enjeux de la Rationalité*. Trad. port. (1979), *Os Desafios da Racionalidade*. Petrópolis: Vozes.
- Lalande, A. (1932), *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*. Trad. cast. (1953), *Vocabulário Técnico y Crítico de la Filosofía*, 2 vols. Buenos Aires: El Ateneo.
- Löwy, M. (1985a), *Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Cortez.
- . (1985b), *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Mannheim, K. (1929), *Ideology and Utopia*. Trad. port. (1976), *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Martin, M. (1973), "The Objectivity of a Methodology", *Phil. of Science* 40: 447-450.
- Mitchell, S. & Rosen, M. (eds.) (1983), *The Need of Interpretation*. London and New Jersey: The Athlone Press & Humanities Press.
- Myrdal, G. (1956), *Value in Social Theory*. Trad. port. (1965), *O Valor em Teoria Social*. São Paulo: Pioneira & EDUSP.
- . (1969), *Objectivity in Social Research*. Trad. cast. (1970), *Objetividad en la Investigación Social*. México: F.C.E.

- Nagel, E. (1961), *The Structure of Science*. Trad. cast. (1978), *La Estructura de la Ciencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Palmer, R. (1969), *Hermeneutics – Interpretation Theory in Schleiermacher, Dilthey, Heidegger and Gadamer*. Trad. port. (1986), *Hermenêutica*. Lisboa e São Paulo: Presença e Martins Fontes.
- Polanyi, M. [1958] (1983), *Personal Knowledge. Towards a Post-Critical Philosophy*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Popper, K.R. (1959), *The Logic of Scientific Discovery*. Trad. port. (1974), *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix.
- Rudner, R. (1966), *Philosophy of Social Science*. Trad. port. (1976), *Filosofia da Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Schaff, A. (1971), *Histoire et vérité*. Trad. port. (1983), *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Shapiro, G. & Sica, A. (ed.) (1984), *Hermeneutics. Questions and Prospects*. Amherst: U. of Massachusetts Press.
- Shaw, M. (1975), *Marxism and Social Science*. Trad. cast. (1978), *El Marxismo y las Ciencias Sociales*. México: Nueva Imagen.
- Walsh, W.H. (1977), *An Introduction to Philosophy of History*. Trad. port. (1978), *Introdução à Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Weber, M. (1922), *Gesammelte Aufsätze zur Wisseschaftslehre*. Trad. cast. parcial (1973), *Ensayos Sobre Metodología Sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Ziman, J. (1968), *Public Knowledge*. Trad. port. (1979), *Conhecimento Público*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia/EDUSP.

* * *

THE INSTITUTION OF PHILOSOPHY: A DISCIPLINE IN CRISIS?

Edited by Avner Cohen and Marcelo Dasca

From postmodernist and post-philosophical quarters we now hear that philosophy is at the end of its rope, that modern philosophy is just another modernist product which has outlived its usefulness. Whatever the precise merits of the various postmodernist critiques, they have certainly compelled many philosophers to take notice, and to concede that their enterprise has reached an impasse.

The essays in this volume mark a new stage in the debate. Though divergent in their philosophical — or post-philosophical — standpoints, the authors all share the view that philosophy is at a fateful juncture.

Postmodernism, pragmatism, feminism, and historicism are some of the tendencies scrutinized in this wide-ranging symposium on the past, present, and many possible futures of the 'institution of philosophy'.

Contributors: Richard Rorty, Hector-Neri Castañeda, Hilary Putnam, A.J. Mandt, Avner Cohen, David Rosenthal, Mark Okrent, Carlin Romano, Marcelo Dasca, Joseph Margolis, Amelie Oksenberg Rorty, Nancy Fraser and Linda Nicholson, Harold Redner.

Open Court Publ. Co., 1989; 334 pages.